

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 84/2025 Comissão CJLCOAACPES

## PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DA MATERIA.

Veio a esta Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde, o Projeto de Lei nº 2.989, de 10 de julho de 2025 de autoria do Poder Executivo, requer a autorização do Poder Legislativo para abertura de crédito suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 463.535,00 (quatrocentos e sessenta e três mil quinhentos e trinta e cinco reais), no orçamento do exercício do ano de 2025.

A assessoria jurídica da casa, opina pela legalidade e constitucionalidade da matéria.

Após análise do presente projeto de lei, este relator opina pela sua legalidade e constitucionalidade, por atender ao disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei de responsabilidade fiscal.

Ante ao exposto este relator Emite Parecer pela Constitucionalidade e a Legalidade do projeto de Lei nº 2.989 de 10 de julho de 2025.

Encaminho para os demais participantes desta Comissão para apreciação.

Barão/RS, 21 de julho de 2025.

Vereadora Relatora	
Footo	
Ver. Bernardino Scuttá - PDT	Ver. Claudir Antônio Ludwig –PROGRESSISTA
Favorável – Pelas Conclusões do Parecer () Contrário – Pelas Conclusões do Parecer () Abstenção	( ) Contrário – Pelas Conclusões do Parecer ( ) Abstenção



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 84/2025

Ao Presidente da Mesa

Após ser submetido pela Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde o projeto de Lei nº 2.989 de 10 de julho de 2025 foi **APROVADO** por maioria de seus membros.

Desta forma, encaminha-se o presente projeto de lei a presidência da mesa, com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde, tendo em vista que o mesmo se contra **APTO** para ser votado em plenário, nos termos do Regimento Interno desta Cada Legislativa.

Barão/RS, 21 de julho de 2025.

Ver. Bernardino Scuttá - PDT

Presidente da Comissão de Constituição Justiça Legislação controle Orçamentário Agricultura Agroindústria Cooperativismo Pecuária Educação Saúde.